



## **ALLIED TECNOLOGIA S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58

NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº. 02533-0

### **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026**

A Administração da Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor ("Resolução CVM 81"), submete à apreciação de seus acionistas a sua proposta ("Proposta") sobre as matérias que serão deliberadas na **Assembleia Geral Extraordinária** da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, em **09 de junho de 2026, às 14h30**, de modo exclusivamente presencial, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data.

A Companhia submete aos seus acionistas a presente Proposta relativa às seguintes deliberações previstas na Ordem do Dia:

- (i)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social da Companhia, em razão do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado, com a consequente consolidação do Estatuto Social;
- (ii)** criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e
- (iii)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas.

O detalhamento da origem e justificativas para as alterações do Estatuto, bem como as demais informações pertinentes nos termos dos artigos 12 e 14 da Resolução CVM 81, são apresentados nos Anexos à presente Proposta.

Esta Proposta tem por objetivo esclarecer a recomendação da Administração da Companhia com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada.

Atenciosamente,

**Marcelo Radomysler**  
Presidente do Conselho de Administração

**Silvio Stagni**  
Diretor Presidente



## ÍNDICE

<b>PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>2</b>
<b>1.1. Alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social da Companhia, em razão do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado, com a consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2. Criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia .....</b>	<b>4</b>
<b>1.3. Autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas .....</b>	<b>4</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>6</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>38</b>



## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A seguir são destacadas as informações sobre as propostas da administração sobre a ordem do dia, **visando esclarecer a recomendação da Administração com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada.**

### **1.1. Alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social da Companhia, em razão do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado, com a consequente consolidação do Estatuto Social**

Em razão do último aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06 de abril de 2026, no montante de R\$ 249.356,82 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais, e oitenta e dois centavos), com emissão de um total de 121.047 (cento e vinte e uma mil, e quarenta e sete) novas ações, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando **de** 851.842.787,59 (oitocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos) dividido em 95.840.489 (noventa e cinco milhões, oitocentas e quarenta mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal **para** 852.092.144,41 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), dividido em 95.961.536 (noventa e cinco milhões, novecentas e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na mesma data, a Administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto, para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado.

Assim, o artigo 5º do Estatuto passará a vigorar com a seguinte nova redação:

**"Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 852.092.144,41 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), dividido em 95.961.536 (noventa e cinco milhões, novecentas e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.

**Parágrafo Segundo** - Cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada



*pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.”*

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da atualização do valor do Capital Social da Companhia, mediante alteração do caput do artigo 5º do Estatuto.

O detalhamento da origem e justificativas para a alteração proposta, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 81, são apresentados no **Anexo I** à presente Proposta.

A Administração da Companhia propõe, ainda, a aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, passando o Estatuto consolidado da Companhia, já refletindo a atualização do capital social proposta, a vigorar na forma do **Anexo II** à presente Proposta.

### **1.2. Criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia**

A Administração da Companhia propõe a aprovação de um novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“SOP 2026”) que abrangerá um total de até 5% (cinco por cento) das ações emitidas pela Companhia na data da AGE, correspondentes a, atualmente, 4.798.076 (quatro milhões, setecentas e noventa e oito mil, e setenta e seis) ações ordinárias. O SOP 2026, conforme estabelecido no **Anexo III**, define os termos e condições gerais para a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores, executivos e empregados da Companhia e de suas Controladas, por meio de Programas de Outorga de Opções de Compra de Ações, a serem eventualmente aprovados pelo Conselho de Administração.

Os principais objetivos do SOP 2026 são (i) proporcionar maior alinhamento entre os interesses dos administradores e colaboradores da Companhia e os interesses de seus acionistas, incentivando a criação de valor e estimulando a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia; e (ii) atrair, reter e motivar os administradores, executivos e empregados da Companhia.

Cumpramos ressaltar que o Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2021 (“SOP 2021”), permanece em pleno vigor e não será substituído pelo novo Plano ora proposto. Para possibilitar uma análise adequada da proposta, constam, na forma do **Anexo IV**, as informações exigidas pelo Anexo B da Resolução CVM 81 bem como, na forma do **Anexo III**, o SOP 2026 submetido à aprovação dos acionistas.

### **1.3. Autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas**

Por fim, os acionistas, deverão deliberar sobre a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, ficando todos investidos dos mais amplos poderes para representar a Companhia perante autoridades



públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo Juntas Comerciais, secretarias federais, estaduais ou municipais, podendo promover junto aos órgãos públicos competentes as alterações e averbações que se fizerem necessárias.

A Administração da Companhia recomenda a aprovação da autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Marcelo Radomysler**

Presidente do Conselho de Administração

**Silvio Stagni**

Diretor Presidente



**ANEXO I**  
**À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**DETALHAMENTO DA ORIGEM E JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES NO ESTATUTO SOCIAL, COM ANÁLISE DOS SEUS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS**

**Artigo 12 da Resolução CVM 81**

<b>Estatuto Social Atual</b>	<b>Estatuto Social Proposto</b>	<b>Alterações – Origem, Justificativa e Análise dos Efeitos</b>
<p><b>Artigo 5º</b> - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 851.842.787,59 (oitocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos), dividido em 95.840.489 (noventa e cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.</p> <p><b>Parágrafo Segundo</b> - Cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro</b> - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.</p> <p><b>Parágrafo Quarto</b> - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato</p>	<p><b>Artigo 5º</b> - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ <del>851.842.787,59 (oitocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos)</del> <u>852.092.144,41 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos)</u>, dividido em <del>95.840.489 (noventa e cinco milhões, oitocentos e quarenta mil, quatrocentas e oitenta e nove)</del> <u>95.961.536 (noventa e cinco milhões, novecentas e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e seis)</u> ações <u>ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</u></p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.</p> <p><b>Parágrafo Segundo</b> - Cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.</p> <p><b>Parágrafo Terceiro</b> - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.</p>	<p>A alteração proposta visa a refletir o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 06 de abril de 2026, no montante total de R\$249.356,82 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos), com emissão de um total de 121.047 (cento e vinte e uma mil, quarenta e sete) novas ações, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, dentro do limite do capital autorizado, conforme Aviso aos Acionistas divulgado na respectiva data.</p> <p>Não vislumbramos efeitos jurídicos ou econômicos decorrentes desta alteração, considerando que o aumento de capital produz seus efeitos desde a respectiva aprovação pelo órgão competente.</p>



de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

**ANEXO II**  
**À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO**

*[documento segue na próxima página]*



**ALLIED TECNOLOGIA S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58

NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº. 02533-0

**ESTATUTO SOCIAL**

**DA**

**ALLIED TECNOLOGIA S.A.**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A Allied Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pelas demais disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, podendo, por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais cabíveis, abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

**(a)** Comércio varejista, eletrônico (*e-commerce*), atacadista, importação e exportação dos seguintes produtos:

(i) Aparelhos, acessórios e equipamentos de rede para comunicação fixa, móvel e sem fio, tais como telefonia celular, WI-FI, *WiMax*, *Bluetooth* e similares;

(ii) Produtos eletrônicos, de informática e periféricos, inclusive aparelhos celulares, smartphones, tablets, modems, cartões de memória e similares, bem como máquinas fotográficas de qualquer tipo e modelo;

(iii) Aparelhos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, assim como de áudio e vídeo; e

(iv) Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte e suas partes e acessórios e bonecos de qualquer tipo.

**(b)** Prestação de serviços relacionados com a prática de atividades do item "a", bem como dos seguintes serviços:

(i) Prestação de serviços de operação logística para terceiro, incluindo o manuseio de produtos, em instalações próprias ou de terceiros;

(ii) Licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação, desenvolvimento, operação, venda de websites, sistemas, API's, aplicativos, software e ferramentas;

(iii) Atividades de habilitação, cadastro de usuários e de equipamentos para acesso a serviços de telecomunicações;

(iv) Intermediação de habilitação/ativação de linhas /aparelhos celulares, migração, upgrade, *downgrade* de planos, portabilidade e ativação de planos de dados, voz, recarga, banda larga, TV por assinatura, internet móvel e demais produtos de telecomunicação, sejam individuais ou corporativos;

(v) A participação em quaisquer outras sociedades, empresarial ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista, quotista e administração de bens próprios;

(vi) Locação de bens móveis;

(vii) Serviços de marketing digital, por meio de mídia online, e-mail, *call center* (ativo e receptivo), *cross sales*, *short message service* (SMS) e/ou chat, incluindo serviços de relacionamento pré-venda e pós-venda;

(viii) Serviços de garantia estendida, reparo, instalação, assistência técnica, troca, *trade-in* e *buyback* de produtos e serviços;

(ix) Arrecadação, gestão, distribuição, pagamento e repasse de verbas, prêmios, rebates e quaisquer outros incentivos financeiros e/ou bonificações referentes à comercialização de produtos;

(x) Venda de espaço em domínios online para anúncios ou mídia.

(xi) Instituição de seus próprios arranjos de pagamento, sendo responsável por desenvolver as regras e procedimentos que governam a prestação de serviços de pagamento ao público;

(xii) Fornecimento de serviços, dentro de seus próprios arranjos de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, incluindo, mas não se limitando à prestação dos seguintes serviços de pagamento: disponibilização de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos mantidos em contas de pagamento, com possibilidade de utilização dos recursos aportados para transferência e/ou aquisição de produtos e serviços;

(xiii) Prestação de serviços relacionados e auxiliares a meios de pagamento em geral, por conta própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, serviços de administração, consultoria e assessoria, em tecnologias relacionadas às atividades indicadas acima; e

(xiv) Correspondente de instituições financeiras.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 852.092.144,41 (oitocentos e cinquenta e dois milhões, noventa e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), dividido em 95.961.536 (noventa e cinco milhões, novecentas e sessenta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia.

**Parágrafo Segundo** - Cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

**Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 179.621.635 (cento e setenta e nove milhões, seiscentas e vinte e uma mil, seiscentas e trinta e cinco) ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Único** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus

de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Artigo 7º** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 8º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto as reservas (a) legal; (b) de lucros a realizar; (c) especial de dividendo obrigatório não distribuído; e (d) incentivos fiscais, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 9º** - A Assembleia é o órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento.

**Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á, nos termos da regulação aplicável: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrativos do exercício findo, relatório dos administradores e Parecer do Conselho Fiscal, se o Conselho Fiscal estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os membros do Conselho de Administração; e (d) fixar a remuneração global dos administradores; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de Administração, por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, ou por qualquer acionista nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou pelo Conselho Fiscal, em primeira convocação, com antecedência de 21 (vinte e um) dias à data de realização da Assembleia Geral e, em segunda convocação, com antecedência de 8 (oito) dias à data de realização da Assembleia Geral, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso, observando-se,

ainda, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, relativas às convocações de Assembleias Gerais.

**Artigo 11** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este vier a indicar, acionista ou não e, na ausência do Presidente do Conselho de Administração e da pessoa por ele indicada, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos presentes, o presidente da respectiva Assembleia Geral, acionista ou não. O presidente da Assembleia Geral deverá nomear um dos presentes para atuar na qualidade de secretário, sendo a mesa responsável pela anotação das discussões e deliberações em atas.

**Artigo 12**- Exceto se quórum maior for exigido pela Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão instaladas, observado o disposto no Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas.

**Artigo 13** - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

**Artigo 14** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

**Artigo 15** - As atas das Assembleias poderão (i) ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**Artigo 16** - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- (a) Realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão ou transformação do tipo societário;
- (b) Alteração do Estatuto Social;
- (c) Deliberação sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva o resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Único do Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (d) Realização de qualquer operação de grupamento ou desdobramento de ações da Companhia;

(e) Autorização aos administradores para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

(f) Deliberação sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Companhia;

(g) Observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Artigo 6º deste Estatuto Social, deliberação sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações;

(h) Aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; e

(i) Deliberação sobre a dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

**Parágrafo Único** - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

**Artigo 17** - A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Único** - Para fins deste Artigo 17, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele(s) vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

## **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 18** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

**Parágrafo Único** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável.

**Artigo 19** - A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

**Artigo 20** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 54 deste Estatuto Social, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

**Artigo 21** - As deliberações do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei.

## **CAPÍTULO V CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 22** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo ainda contar com igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração, na primeira reunião que se realiza após a sua eleição.

**Parágrafo Primeiro** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

**Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Terceiro** - Em caso de vacância permanente de qualquer um dos Conselheiros devido a renúncia, falecimento ou impedimento permanente, tal membro será substituído, até o final do seu mandato, por seu suplente (se houver) ou, na sua ausência, por novo membro eleito pelo próprio Conselho de Administração até que uma Assembleia Geral seja convocada para eleição do substituto.

**Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou

outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros.

**Artigo 23** - O Conselho de Administração deverá se reunir sempre que convocado, sendo certo que as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, mediante envio de aviso por escrito, necessariamente enviado por e-mail, a todos os membros do Conselho de Administração, informando o local, a data, o horário e a ordem do dia dessa reunião.

**Parágrafo Primeiro** - O aviso de convocação deverá ser entregue com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, em primeira convocação, ou com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, em segunda convocação.

**Parágrafo Segundo** - Independente de quaisquer formalidades previstas neste Estatuto Social, será considerada regularmente convocada à reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** - O Presidente do Conselho de Administração - ou quem houver convocado a reunião - deverá entregar a todos os demais membros do Conselho de Administração, em conjunto com a convocação da respectiva reunião, os documentos e materiais que necessitem de aprovação na respectiva reunião, sendo tal entrega admitida pelo meio eletrônico.

**Parágrafo Quarto** - Qualquer membro do Conselho de Administração poderá participar das reuniões do Conselho de Administração remotamente, por meio de tele ou videoconferência, sendo uma cópia devidamente assinada do voto proferido por qualquer membro do Conselho de Administração que assim participar de reunião enviada - via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião - para o devido registro e arquivamento da Companhia, de maneira que todos os participantes possam ser claramente identificados. Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração deverão ser registradas em ata assinada pelos presentes.

**Parágrafo Quinto** - Os membros do Conselho de Administração que não puderem comparecer a uma reunião do Conselho de Administração poderão (i) ser substituídos na reunião pelo seu suplente, se houver; ou (ii) ser representados na respectiva reunião por outro membro do Conselho de Administração, o qual votará em nome do membro do Conselho de Administração substituído, desde que a respectiva instrução de voto seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou do presidente da reunião antes da sua instalação; ou (iii) enviar - via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos - seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação. Em ambos os casos o membro do Conselho de Administração que se fizer representar ou enviar seu voto será considerado como se estivesse presente à reunião.

**Parágrafo Sexto** - Salvo se de outro modo acordado entre todos os membros do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas em dias úteis, em horário comercial, devendo ocorrer, preferencialmente, na sede da Companhia.

**Artigo 24** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e somente serão consideradas validamente instaladas (a) em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de membros do Conselho de Administração.

**Artigo 25** - Todas as matérias serão deliberadas pelo Conselho de Administração por maioria de votos dos conselheiros presentes.

**Artigo 26** - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, deliberar sobre:

(a) Contratação de empréstimos, assunção de dívidas e/ou concessão de garantias que gere um aumento do endividamento total da Companhia num valor superior a 3 (três) vezes o valor do EBITDA da Companhia calculado na data de convocação da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre essa matéria, exceto: (i) se previsto no orçamento anual aprovado para o exercício social em questão; ou (ii) no contexto de transações entre a Companhia e quaisquer de suas controladas.

(b) Transferência, exceto se para alguma controlada, de qualquer ativo, ou conjunto de ativos, que envolva, em um período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

(c) Realização de despesas de capital (CAPEX) que envolvam, em um período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

(d) Realização de investimento em espécie para aquisição de participação societária ou aporte de capital em qualquer sociedade, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), de forma individual ou agregada ou caso o valor patrimonial atribuível à referida sociedade seja um valor negativo;

(e) Constituição de ônus ou gravame em favor de terceiros, exceto se a constituição do referido ônus ou gravame for diretamente relacionada à operação da Companhia e/ou suas controladas.

(f) Aprovação do orçamento anual da Companhia, bem como do orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

- (g) Criação e alteração das competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;
- (h) Distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;
- (i) Deliberação sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) Fiscalização da gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (k) Apreciação dos resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (l) Escolha e destituição dos auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
- (m) Manifestação prévia sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;
- (n) Aprovação da proposta da administração de destinação do resultado do exercício, bem como aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, observadas as regras legais e estatutárias aplicáveis;
- (o) Autorização da emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei;
- (p) Deliberação sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, observados os limites impostos pela regulamentação aplicável;
- (q) Outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviço, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela

Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

(r) Deliberação sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias ou comerciais, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(s) Aprovação de operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, observada a “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”;

(t) Aprovação da contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(u) Aprovação dos regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (g) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;

(v) Elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(w) Aprovação de *drop down* de ativos ou de cessão de estabelecimento comercial da Companhia, observado o disposto na legislação aplicável;

(x) Realização de qualquer operação reorganização societária envolvendo controladas da Companhia, incluindo alienação de ações ou quotas, fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, *drop down* de ativos, transformação do tipo societário de controladas, bem como sua dissolução ou liquidação; e

(y) Deliberação sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral, reunião de sócios, reunião do conselho de administração ou reunião da Diretoria, conforme o caso, de qualquer controlada com relação às matérias acima.

**Artigo 27** - As decisões do Conselho de Administração serão registradas no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração" e, conforme o caso, registradas e publicadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO VI DIRETORIA**

**Artigo 28** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 15 (quinze) membros, pessoas naturais residentes no País, sendo obrigatoriamente 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, podendo tais funções serem acumuladas por um mesmo membro, sendo os demais membros indicados como Diretores sem designação específica.

**Parágrafo Primeiro** - Os Diretores serão eleitos, destituídos ou substituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, e terão um mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus respectivos substitutos.

**Parágrafo Segundo** - As competências dos Diretores sem designação específicas serão fixadas pelo Conselho de Administração, no momento de sua eleição.

**Artigo 29** - Em caso de vacância, ausência ou impedimento de Diretor, uma Reunião do Conselho de Administração deverá ser convocada para eleger um substituto que completará o mandato do Diretor ausente, impedido ou vacante.

**Artigo 30** - A Companhia será representada (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, observando-se o disposto nos parágrafos a seguir. Em todos os casos, a procuração deve conter poderes específicos.

**Parágrafo Primeiro** - Nos casos em que envolver assunção de obrigação da Companhia em montante superior ao estabelecido na Política Interna de Alçada para Assunção de Obrigações, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a Companhia deverá ser representada, necessariamente, pelo Diretor Presidente ou Diretor Financeiro, podendo ser por (a) ambos, em conjunto; ou (b) qualquer 1 (um) deles agindo em conjunto com (i) 1 (um) outro Diretor ou (ii) 1 (um) outro procurador, nomeado nos termos deste Estatuto Social.

**Parágrafo Segundo** - Ressalvado o disposto acima, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador **(i)** nos casos de atos que não gerem obrigações para a Companhia; **(ii)** na prática de atos de simples rotina administrativa; **(iii)** em processos ou procedimentos nas esferas administrativa, judicial, regulatória ou de qualquer outra natureza, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, autarquias, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça Comum, Justiça Federal, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA),

Corpo de Bombeiros, Ministério da Defesa Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, entidades de classe, Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho Emprego, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza; e **(iv)** para fins de recebimento e respostas de intimações, citações, notificações, auto de infração ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

**Parágrafo Terceiro** - Observado o disposto no parágrafo quinto deste artigo, os procuradores da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por 2 (dois) Diretores. Não obstante, na hipótese descrita no parágrafo primeiro deste artigo, ao menos 1 (um) dos diretores signatários da procuração deverá, necessariamente, ser o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro da Companhia.

**Parágrafo Quarto** - As procurações outorgadas em nome da Companhia terão prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade da procuração.

**Parágrafo Quinto** - Sem prejuízo ao disposto acima, as procurações “ad judícia” da Companhia serão subscritas por 2 (dois) Diretores e poderão ser outorgadas por prazo acima de 01 (um) ano ou por prazo indeterminado.

**Parágrafo Sexto** - A representação da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, será realizada na forma do parágrafo segundo deste artigo.

**Artigo 31** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, e das reuniões será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos presentes. As reuniões serão realizadas na sede social.

**Parágrafo Primeiro** - Os avisos de convocação indicarão a ordem do dia e deverão ser entregues aos membros da Diretoria com 3 (três) dias, no mínimo, de antecedência, dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Os avisos serão enviados aos Diretores por carta registrada, fac-símile, telegrama, e-mail ou por qualquer outra forma que evidencie a convocação, desde que com confirmação de recebimento.

**Parágrafo Segundo** - Nenhuma reunião será instalada sem a presença de todos os Diretores em exercício em primeira convocação, podendo ser instalada com número de presentes em segunda convocação.

**Parágrafo Terceiro** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores em exercício.

**Artigo 32** - A Diretoria terá amplos poderes de administração e representação da Companhia, competindo-lhe em nome desta e no sentido da consecução do objetivo social.

- (a) elaborar o plano de negócio a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração;
- (b) elaborar o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e a proposta de distribuição de dividendos e aplicação do excedente para apreciação do Conselho de Administração;
- (c) decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais; e
- (d) praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão.

**Artigo 33** - Compete ao Diretor Presidente supervisionar as atividades desenvolvidas por todos os setores da Companhia, incluindo, mas não se limitando aos setores contábil, fiscal, financeiro, comercial, administrativo, de marketing e de recursos humanos, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (i) convocar e preferencialmente presidir as reuniões da Diretoria; (ii) supervisionar operações de contabilidade geral e relatórios financeiros gerenciais; (iii) supervisionar o desenvolvimento dos empreendimentos que fizer a Companhia; (iv) supervisionar a expansão e a prospecção de novos negócios e mercados; (v) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (vi) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; (viii) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (ix) administrar os assuntos de caráter societário em geral.

**Artigo 34** - Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

**Artigo 35** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

**Artigo 36** - É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia.

## **CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 37** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo Primeiro** - O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do edital de convocação.

**Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá fixar a quantidade de membros efetivos e suplentes, eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração, observado o limite estabelecido no Artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 54 deste Estatuto Social.

**Parágrafo Quarto** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

## **CAPÍTULO VIII DO COMITÊ DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCOS**

**Artigo 38** - O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** - O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará detalhadamente as funções do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

**Artigo 39** - O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos

1 (um) membro é conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**Parágrafo Único** - O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput.

**Artigo 40** - Compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, entre outras matérias:

- (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos, de riscos e de *compliance* da Companhia;
- (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e
- (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

## **CAPÍTULO IX DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO**

**Artigo 41** - O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro do mesmo ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, inclusive balanço societário, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e/ou em períodos menores e distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio à conta de lucros e/ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral, trimestral ou mensal, observadas as disposições legais aplicáveis. Os dividendos e os juros sobre capital próprio previstos neste parágrafo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 42** - O lucro líquido da Companhia apurado em qualquer exercício social terá a seguinte destinação:

(a) absorção de prejuízos acumulados ou apurados pela Companhia, se houver;

(b) uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, observado ainda o disposto no Artigo 193, §1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia, cuja constituição poderá ser devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia;

(d) a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos poderá ser destinada para reserva de incentivos fiscais, nos termos do Artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações;

(e) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas deduções previstas nos itens "a" à "d" acima e, caso aplicável, pelo acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório, sujeito às regras previstas nos Artigos 197 e 202, §§4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações; e

(f) o lucro líquido remanescente terá a destinação dada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia com observância das regras previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 43** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, sempre dentro do exercício social.

**Artigo 44** - Todo e qualquer pagamento realizado a título de juros sobre capital próprio será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia a título de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **CAPÍTULO X DA LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 45** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

## **CAPÍTULO XI ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

**Artigo 46** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

**Parágrafo Segundo** - Para os fins deste Artigo 51, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

## **CAPÍTULO XII REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**Artigo 47** - Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

**Parágrafo Único** - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

## **CAPÍTULO XIII SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 48** - Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único** - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 53, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XIV ARBITRAGEM**

**Artigo 49** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 50** - A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

**Artigo 51** - Sem prejuízo da apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores contratada pela Companhia, a Companhia poderá indenizar e manter indenidos seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria previsto no Capítulo VIII e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme previsto em acordos celebrados entre a Companhia e os respectivos Beneficiários.

**Parágrafo Primeiro** - Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo Segundo** - As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

**Artigo 52** - As omissões deste Estatuto Social serão suprimidas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações e ao Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 53** - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

\*\*\*

**ANEXO III  
À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA  
(SOP 2026)**

*[documento segue na próxima página]*



## ALLIED TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 20.247322/0037-58

NIRE 35.300.465.369

Código CVM nº 02533

### ANEXO III À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2026

#### PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES "SOP 2026"

O presente Plano de Opção de Compra de Ações da Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de junho de 2026 ("Plano"), estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Ações"), nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.").

#### 1. Objetivo do Plano

1.1. Objetivos. Este Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários (conforme definição na Cláusula 3 abaixo), sujeito a determinadas condições, recebam opções de compra de ações de emissão da Companhia, visando (a) proporcionar maior alinhamento entre os interesses dos administradores e colaboradores da Companhia e os interesses de seus acionistas, incentivando a criação de valor e estimulando a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia; e (b) atrair, reter e motivar os administradores e colaboradores da Companhia.

1.1.1. Para os fins do presente Plano, serão consideradas "Controladas" todas e quaisquer sociedades nas quais a Companhia detenha ou venha a deter, direta ou indiretamente, direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e/ou o poder de eleger a maioria dos administradores das referidas sociedades.

#### 2. Administração do Plano

2.2.1. O Conselho de Administração terá amplos poderes para implementar o Plano e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. As deliberações do Conselho de Administração vinculam a Companhia no que diz respeito a todas as matérias relacionadas com ao Plano.

2.2.2. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, devendo ser consultada a Assembleia Geral, se exigido por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, ou sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, a seu exclusivo critério.

2.2.3. Dentre os poderes atribuídos ao Conselho de Administração para a administração do Plano encontram-se os seguintes:

- (a) apontar, dentre os Beneficiários, conforme disposto na Cláusula 3 abaixo, aqueles que terão direito de receber opções de compra de Ações (“Opções”, ou, individualmente, “Opção”);
- (b) criar e aplicar normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Plano, e solucionar eventuais dúvidas de interpretação do Plano;
- (c) estabelecer parâmetros para os Beneficiários, de forma a estabelecer critérios objetivos para sua indicação;
- (d) estabelecer quantidade, datas e preço de exercício, bem como as demais características das Opções a serem outorgadas aos Beneficiários;
- (e) definir a outorga de Opções, por meio de Programas (definidos adiante), conforme previsto neste Plano;
- (f) estabelecer regras complementares a este Plano;
- (g) estabelecer prazos de carência diferentes daqueles previstos neste Plano, assim como antecipar os referidos prazos de carência;
- (h) deliberar a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado (se houver) e/ou a criação de programas de recompra de ações de emissão da Companhia, para satisfazer o exercício de Opções, nos termos do Plano;
- (i) decidir se, para fazer face ao exercício da Opção, a Companhia deverá emitir novas Ações em aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração dentro dos limites do capital autorizado (se houver) ou alienar Ações mantidas em tesouraria;
- (j) impor restrições à transferência das ações adquiridas por meio do exercício das Opções, podendo também atribuir para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições que venham a ser fixados; e
- (k) estabelecer requisitos para a outorga ou exercício das Opções aos Beneficiários.

### **3. Beneficiários**

3.1. Beneficiários. Poderão participar do Plano os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração, dentre os Administradores, Executivos e Empregados da Companhia e de suas Controladas.

3.1.1. Para os fins deste Plano:

- (a) “Administrador” significa os membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da Companhia e de suas Controladas;

(b) “Executivo” significa os empregados seniores da Companhia ou de suas Controladas; e

(c) “Empregado” significa os profissionais que desempenham determinadas atividades e/ou funções para a Companhia ou suas Controladas com vínculo empregatício.

3.1.2. Serão considerados beneficiários do Plano os Administradores, Executivos, Empregados que recebam Opções (“Beneficiários”).

3.2. Tratamentos Diferenciados. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Beneficiários, qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Beneficiários. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer um tratamento especial para casos excepcionais, durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Beneficiários nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Beneficiários.

3.3. Permanência no Emprego ou Cargo. Nenhuma disposição do Plano, assim como sua simples existência, conferirá aos Beneficiários garantia de manutenção do vínculo empregatício, estatutário ou contratual com a Companhia ou suas Controladas ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia e de suas Controladas, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário. Adicionalmente, nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer Administrador titular de uma Opção direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas Controladas em destituí-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

3.4. Natureza Jurídica e Ausência de Caráter Remuneratório. A outorga de Opções nos termos deste Plano tem natureza exclusivamente mercantil e civil, em plena aderência aos critérios fixados no Tema 1.226 do Superior Tribunal de Justiça. O Plano não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas Controladas com os Beneficiários, sejam eles administradores estatutários ou não ou empregados. Nesse sentido, a participação do Administrador, Executivo ou Empregado da Companhia ou de suas Controladas no Plano não interfere na remuneração fixa e variável para ele fixada.

3.5. Riscos. O Beneficiário reconhece expressamente que (i) a participação no Plano é voluntária (ii) o exercício das Opções é oneroso, devendo o Beneficiário pagar o Preço de Exercício correspondente; (iii) o Beneficiário assume integral e exclusivamente o risco de variação do preço de mercado das Ações, não havendo qualquer garantia de resultado financeiro positivo; (iv) o Beneficiário assume integral e exclusivamente o risco de variação do preço de mercado das Ações, não havendo qualquer garantia de resultado financeiro positivo; (v) não há acréscimo patrimonial imediato decorrente da mera outorga das Opções; e (vi) a eventual diferença positiva entre o valor de mercado das Ações e o Preço de Exercício decorre exclusivamente da variação de mercado, sem qualquer vínculo com a contraprestação pelo trabalho ou serviços prestados pelo Beneficiário à Companhia.

## 4. Programas

4.1. Programas. O Conselho de Administração selecionará, por meio de Programas, os Beneficiários que poderão dele participar, assim como a quantidade de Opções e demais condições aplicáveis (“Programas”).

4.2. Contrato de Opção. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente ao Plano e ao respectivo Programa, mediante assinatura de Contrato de Opção de Compra de Ações (“Contrato de Opção”), obrigando-se, sem qualquer ressalva, ao cumprimento de todos os dispositivos estabelecidos neste Plano e no respectivo Programa.

4.2.1. Os Contratos de Opção deverão especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade de Opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício das Opções e condições de pagamento.

4.2.2. O Contrato de Opção poderá subordinar o exercício das Opções a determinadas condições, bem como impor novas restrições à transferência das Ações adquiridas por meio do exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de transferência das Ações pelo Beneficiário, observado o disposto na Cláusula 2.3.3 acima.

4.3. Características dos Programas. O Conselho de Administração deverá estabelecer para cada um dos Programas, observados os critérios gerais fixados neste Plano e o disposto no Estatuto Social da Companhia:

- (i) o número de Opções;
- (ii) os prazos e condições para que as Opções se tornem exercíveis;
- (iii) o preço de exercício das Opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das Opções (automaticamente aplicável na menor periodicidade prevista em lei);
- (iv) o prazo máximo para o exercício das Opções ou os critérios para a sua determinação; e
- (v) quaisquer restrições à negociação das Ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das Opções.

4.4. Interpretação dos Programas. As Opções concedidas de acordo com qualquer Programa ficam sujeitas a todos os termos e condições estabelecidos neste Plano. A concessão de Opções sob um Programa a qualquer Beneficiário não enseja a obrigação por parte da Companhia de conceder Opções adicionais ao mesmo Beneficiário, em exercícios futuros. Observado o disposto na Cláusula 13.3 abaixo, no caso de conflito entre o Plano e as disposições dos Programas ou de qualquer instrumento ou contrato firmado em decorrência do Plano, prevalecerão as disposições contidas no Plano, exceto se previsto expressamente de forma diversa do Contrato de Opção e/ou Programa.

4.5. Termos e Condições da Opção. As Opções a serem outorgadas aos Beneficiários estarão sujeitas aos termos e condições estabelecidos neste Plano, nos Programas e no Contrato de Opção assinado pelo Beneficiário.

## **5. Exercício da Opção**

5.1. Prazo de Carência. O Conselho de Administração definirá, em cada Programa, o prazo a partir do qual a Opção concedida aos Beneficiários tornar-se-á potencialmente apta a exercício ("Prazo de Carência").

5.2. Para fins do presente Plano, as Opções cujo Prazo de Carência já tenha decorrido serão denominadas "Opções Vestidas", e as Opções cujo Prazo de Carência não tenha decorrido serão denominadas "Opções Não-Vestidas".

5.3. Direitos de Acionista. Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que as Opções sejam devidamente exercidas e as Ações objeto das Opções sejam subscritas ou adquiridas pelo Beneficiário.

## **6. Ações Incluídas no Plano**

6.1. Quantidade de Ações Incluídas no Plano. Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção. As Opções que poderão ser outorgadas no âmbito deste Plano deverão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda 5% (cinco por cento) da quantidade total de Ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral Extraordinária. As Ações vinculadas às Opções rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas serão novamente liberadas para a outorga futura de Opções.

6.2. Direitos das Ações Incluídas no Plano. As Opções outorgadas segundo o Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia.

6.3. Ajustes. De modo a manter os direitos econômicos dos Beneficiários, se a quantidade de ações que compõem o capital da Companhia for aumentada ou diminuída em razão de desdobramento ou grupamento de ações, o Conselho de Administração deverá efetuar os ajustes apropriados no número das ações a serem emitidas de acordo com as Opções que foram exercidas e com as que não tenham sido exercidas. Se a alteração do número de ações que compõem o capital da Companhia for em decorrência de emissão de novas ações em virtude de aumentos de capital, não serão realizados ajustes no número das ações a serem emitidas de acordo com as Opções, exceto se aprovado de forma diversa pelo Conselho de Administração. Nenhuma fração de Ação será emitida segundo o Plano ou em virtude de qualquer dos ajustes previstos nesta Cláusula.

## **7. Prazo de Exercício**

7.1. Prazo de Exercício. As Opções deverão ser exercidas pelos Beneficiários no prazo definido em cada um dos Programas.

7.2. Janelas de Exercício. O Conselho de Administração poderá determinar janelas de exercício ("Janelas de Exercício") em cada Programa, bem como as hipóteses de sua suspensão.

## **8. Preço de Exercício da Opção e Pagamento**

8.1. Preço de Exercício da Opção. Para o exercício das Opções outorgadas, os Beneficiários deverão pagar um preço de exercício por Opção, o qual corresponderá ao preço de emissão ou de aquisição da Ação. O preço de exercício será fixado com base na média ponderada de cotação das Ações em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga a ser definido pelo Conselho de Administração ("Preço de Exercício"). Caberá ao Conselho de Administração definir em cada Programa e/ou Contrato de Opção se o Preço de Exercício será corrigido por índice de correção e/ou ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas.

8.2. Dividendos. As Ações adquiridas em razão do exercício das Opções farão jus a dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, sobre os lucros declarados após a sua subscrição/aquisição.

## **9. Entrega das Ações**

9.1. Entrega das Ações. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício das Opções, a não ser que todas as exigências legais, regulamentares e estatutárias decorrentes deste Plano e do Programa tenham sido integralmente cumpridas.

## **10. Restrições a Alienação das Ações Objeto das Opções**

10.1. Restrição a Alienação das Ações. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, estabelecer em cada Programa regras de restrição à alienação das Ações adquiridas pelos Beneficiários no exercício das Opções, podendo inclusive fixar prazo mínimo de indisponibilidade.

## **11. Desligamento**

11.1. Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, conforme for definido pelo Conselho de Administração em cada Programa e/ou Contrato de Opção.

## **12. Regulamentação Aplicável**

12.1. Regulamentação Aplicável. Este Plano, cada Programa, as Opções outorgadas com base em tais instrumentos e a subscrição de novas Ações derivadas das Opções ou aquisição de Ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme o caso, deverão observar a regulamentação aplicável.

12.2. Direito de Preferência dos Acionistas. Nos termos do artigo 171, § 3º da Lei das S.A., os acionistas não terão direito de preferência na outorga, aquisição ou exercício das Opções.

12.3. Superveniência Legal. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar a revisão integral do Plano.

### **13. OPA e Reorganização Societária**

13.1. Reorganização Societária. A aquisição de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e qualquer outra forma de reestruturação societária ("Reorganização Societária").

13.1.1. Na ocorrência de operações de Reorganização Societária que acarrete na extinção, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como a realização de Oferta Pública de Aquisição ("OPA") que resulte no fechamento de capital ou na saída da Companhia do Novo Mercado, ocorrerá a aceleração automática das Opções Não-Vestidas, sendo concedido prazo de 30 (trinta) dias para exercício de todas as Opções Vestidas, após o qual caducarão automaticamente, sem indenização.

13.1.2. Na ocorrência de OPA por aquisição de controle com manutenção da listagem, o novo controlador poderá optar, em até 30 (trinta) dias após a liquidação financeira da OPA, pela (a) manutenção do Plano e dos Programas nos moldes vigentes; (b) extinção e indenização conforme o tratamento previsto na Cláusula 13.1.1 acima; ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

13.1.3. Na ocorrência de demais casos de reorganização que não resultem na extinção, liquidação ou dissolução da Companhia não previstos acima, o Plano e os Programas serão mantidos nos moldes vigentes.

### **14. Vigência**

14.1. Vigência. O Plano entrará imediatamente em vigor por prazo indeterminado e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor, anteriormente outorgadas.

### **15. Disposições Complementares**

15.1. Tutela Específica. As obrigações contidas no Plano, nos Programas e no Contrato de Opção são assumidas em caráter irrevogável, valendo como título executivo extrajudicial nos termos da legislação processual civil, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título e a todo tempo. Fica estabelecido que tais obrigações estão sujeitas à tutela específica, na forma do Código de Processo Civil.

15.2. Clawback. O Conselho de Administração poderá cancelar todas as Opções outorgadas ao Participante, sejam Opções Vestidas ou Não-Vestidas, e exigir a restituição de eventuais ganhos auferidos pelo Participante no exercício de Opções nos 12 (doze) meses anteriores ("Clawback"), nas seguintes hipóteses, conforme definido nos Programas ou Contratos de Opção: (i) reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia em razão de erro ou fraude, quando o Participante tiver concorrido para tal situação; (ii) comprovada violação, pelo Participante, das obrigações de não-concorrência e/ou não-solicitação; ou (iii) interrupção do vínculo do Participante com a Companhia por justa causa.

15.3. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano, dos Programas, do Contrato de Opção e de quaisquer outros instrumentos firmados em decorrência de referidos documentos têm caráter personalíssimo e não poderão ser cedidos ou transferidos a terceiros, no todo ou em parte, nem dados em garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da Companhia.

\* \* \* \*

## ANEXO IV À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### ANEXO B DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022

#### 1. Fornecer cópia do plano proposto

O Anexo III à presente Proposta contém a cópia da proposta do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("SOP 2026" ou "Plano").

#### 2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

##### a. Potenciais Beneficiários

Poderão participar do Plano os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração, dentre os Administradores, Executivos e Empregados da Companhia e de suas Controladas. O Conselho de Administração escolherá, por meio dos programas de opções de compra de ações ("Programas"), aqueles que receberão opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ("Beneficiários").

##### b. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada Opção dará direito ao Beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção. As Opções que poderão ser outorgadas no âmbito deste Plano deverão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda 5% (cinco por cento) da quantidade total de Ações representativas do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral Extraordinária, que representam, na data de divulgação da Proposta, a 4.798.077 (quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil e setenta e sete) opções. A quantidade total de opções poderá ser ajustada caso ocorra novos aumentos de capital social pelo Conselho de Administração até a data de realização da assembleia que aprovar o referido Plano.

##### c. Número máximo de ações abrangidas pelo Plano

Nos termos do item 2.b acima, considerando o capital social da Companhia na data de divulgação desta Proposta, o número máximo de ações abrangidas pelo SOP 2026 será de 4.798.077 (quatro milhões, setecentas e noventa e oito mil e setenta e sete) ações ordinárias, correspondente a 5% (cinco por cento) da quantidade total de Ações representativas do capital social total da Companhia. A quantidade total de ações poderá ser ajustada caso ocorra novos aumentos de capital social pelo Conselho de Administração até a data de realização da assembleia que aprovar o referido Plano.

A quantidade de ações ordinárias a serem emitidas pelo SOP 2026 também poderá aumentada ou diminuída em razão de desdobramento ou agrupamento de ações da Companhia.

##### d. Condições de aquisição

O Conselho de Administração selecionará, por meio de Programas, os Beneficiários que poderão dele participar, assim como (i) a quantidade de Opções; (ii) os prazos e condições

para que as Opções se tornem exercíveis; (iii) o preço de exercício das Opções e, se houver, o índice de correção do preço até a data do exercício das Opções; (iv) o prazo máximo para o exercício das Opções ou os critérios para a sua determinação; (v) quaisquer restrições à negociação das Ações subscritas ou adquiridas em razão do exercício das Opções; e (vi) demais condições aplicáveis.

Cada Beneficiário deverá aderir expressamente ao Plano e ao respectivo Programa, mediante assinatura de Contrato de Opção de Compra de Ações ("Contrato de Opção"), obrigando-se, sem qualquer ressalva, ao cumprimento de todos os dispositivos estabelecidos neste Plano e no respectivo Programa. Os Contratos de Opção deverão especificar, sem prejuízo de outras condições a serem determinadas pelo Conselho de Administração (a) a quantidade de Opções; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço de exercício das Opções e condições de pagamento.

As opções poderão ser exercidas total ou parcialmente pelos Beneficiários de acordo com as tranches e nos períodos fixados no respectivo Programa e Contratos de Opção, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano, no Programa e nos Contratos de Opção. Após os períodos fixados para o exercício das opções, sem que elas sejam exercidas, o Beneficiário perderá sua opção sem qualquer direito de indenização pela Companhia.

#### **e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício**

O preço de exercício das opções será fixado com base na média ponderada de cotação das ações da Companhia em um determinado número de pregões anteriores à data de outorga, a ser definido pelo Conselho de Administração ("Preço de Exercício").

A critério do Conselho de Administração, o Preço de Exercício poderá ser atualizado monetariamente com base na variação de índice de preços e/ou acrescido de juros, à taxa que o próprio Conselho vier a determinar. Além disso, o Conselho de Administração poderá aplicar como redutor do Preço de Exercício os valores pagos pela Companhia aos seus acionistas a título de proventos (seja dividendos ou juros sobre capital próprio) referentes ao período entre a data da outorga e o efetivo exercício das opções. O valor dos proventos também poderá ser atualizado monetariamente, conforme deliberação de referido órgão.

#### **f. Critérios para fixação do prazo de exercício**

As opções deverão ser exercidas pelos Beneficiários, total ou parcialmente, de acordo com os prazos de carência fixadas pelo Conselho de Administração no respectivo Programa e Contratos de Opção, respeitadas as janelas de exercício eventualmente determinadas no momento da outorga, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano, no Programa e nos Contratos de Opção. Após as janelas fixadas para o exercício das opções, sem que elas sejam exercidas, o Beneficiário perderá sua opção sem qualquer direito a indenização pela Companhia.

#### **g. Forma de liquidação das opções**

A forma de liquidação das opções será fixada nos respectivos Programas e Contratos de Opção, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

#### **h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão,**

### **alteração ou extinção do Plano**

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, sem prejuízo das outorgas já concedidas e Contratos já firmados.

O Plano prevê, ainda, que na ocorrência de transformação, incorporação, fusão, cisão e qualquer outra forma de reestruturação societária que acarrete na extinção, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como a realização de Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) que resulte no fechamento de capital ou na saída da Companhia do Novo Mercado, ocorrerá a aceleração automática das Opções Não-Vestidas, sendo concedido prazo de 30 (trinta) dias para exercício de todas as Opções Vestidas, após o qual caducarão automaticamente, sem indenização. Ou ainda, na ocorrência de OPA por aquisição de controle com manutenção da listagem, o novo controlador poderá optar, em até 30 (trinta) dias após a liquidação financeira da OPA, pela (a) manutenção do Plano e dos Programas nos moldes vigentes; (b) extinção e indenização conforme o tratamento previsto na Cláusula 13.1.1 acima; ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

### **3. Justificar o plano proposto, explicando:**

#### **a. Os principais objetivos do Plano**

Os principais objetivos do Plano são (i) proporcionar maior alinhamento entre os interesses dos administradores e colaboradores da Companhia e os interesses de seus acionistas, incentivando a criação de valor e estimulando a expansão, o êxito e a consecução do objeto social da Companhia; e (ii) atrair, reter e motivar os administradores, executivos e empregados da Companhia.

#### **b. A forma como o Plano contribui para esses objetivos**

O Plano contribui para os objetivos da Companhia por meio de dois mecanismos complementares. Primeiro, ao condicionar o exercício das opções ao pagamento de um preço pelo Beneficiário, o Plano estimula o engajamento dos participantes como acionistas da Companhia pois, ao alocar recursos próprios, os Beneficiários passam a compartilhar dos mesmos riscos e interesses dos demais acionistas, o que tende a alinhar seu comportamento à geração de valor no longo prazo. Segundo, a estrutura do Plano, com períodos de carência e exercício diferidos, faz com que os potenciais ganhos decorrentes da valorização das ações só possam ser realizados após determinado prazo e desde que o Beneficiário permaneça vinculado à Companhia, o que reforça o objetivo de retenção de executivos e colaboradores estratégicos.

#### **c. Como o Plano se insere na política de remuneração da Companhia**

A outorga busca fortalecer a retenção dos beneficiários, visando o compromisso dos mesmos em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no médio e longo prazo.

#### **d. Como o Plano alinha os interesses dos Beneficiários e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

O Plano alinha interesses em diferentes horizontes de tempo por meio de mecanismos complementares. No curto e médio prazo, os períodos de carência impedem o exercício

premature das opções e criam um incentivo direto de permanência, uma vez que o Beneficiário somente adquire o direito de exercício após cumprir o tempo mínimo de vínculo estabelecido em cada Programa. No médio prazo, a divisão das outorgas em janelas de exercício escalonadas permite que o Beneficiário se torne acionista da Companhia de forma progressiva, com participação crescente ao longo do tempo. O potencial de ganho está diretamente relacionado ao desempenho da Companhia e à longevidade do vínculo, de forma que quanto maior a contribuição do Beneficiário para a geração de valor, maior tende a ser o retorno obtido. No longo prazo, ao se tornar acionista, o Beneficiário passa a compartilhar dos mesmos riscos e expectativas dos demais acionistas, mantendo o alinhamento de interesses mesmo após o exercício das opções, já que seu patrimônio permanece exposto à performance da Companhia enquanto mantiver as ações adquiridas.

#### **4. Estimar as despesas da Companhia decorrentes do Plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto**

Não aplicável, tendo em vista que o preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração no âmbito dos programas a serem oportunamente aprovados.